



**Poder Judiciário**  
**Supremo Tribunal Federal**

**Recibo de Petição Eletrônica**

**AVISO**

É de responsabilidade do advogado ou procurador o correto preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 9º, incisos I a IV, da Resolução 427/2010 do STF, sob pena de rejeição preliminar, bem como a consequente impossibilidade de distribuição do feito.

O acompanhamento do processamento inicial pode ser realizado pelo painel de petições do Pet v.3 e pelo acompanhamento processual do sítio oficial.

<b>Protocolo</b>	00967386320201000000
<b>Petição</b>	47706/2020
<b>Classe Processual Sugerida</b>	AS - ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO
<b>Marcações e Preferências</b>	Medida Liminar
<b>Relação de Peças</b>	1 - Petição inicial Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS 2 - Documentos de Identificação Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS 3 - Documentos comprobatórios Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS 4 - Documentos comprobatórios Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS 5 - Documentos comprobatórios Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS 6 - Documentos comprobatórios Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS 7 - Documentos comprobatórios Assinado por: PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS

<b>Polo Ativo</b>	SARA FERNANDA GIROMINI (CPF: 416.982.998-00)  Representante(s): RENATA CRISTINA FELIX TAVARES (OAB: 50848/DF) LAYANE ALVES DA SILVA (OAB: 54906/GO) PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS (OAB: 64817/DF)
<b>Polo Passivo</b>	MINISTRO RELATOR DO INQ 4828/DF DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Nome da mãe: MRAM Data Nascimento: 13/12/1968 País: BRASIL UF: DF Cidade: BRASÍLIA
<b>Data/Hora do Envio</b>	24/06/2020, às 00:53:43
<b>Enviado por</b>	PAULO CESAR RODRIGUES DE FARIAS (CPF: 735.524.022-68)

Impresso por: 735.524.022-68 47706/2020  
Em: 24/06/2020 - 00:53:45



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, MINISTRO JOSÉ ANTÔNIO DIAS TÓFFOLI**

**SARA FERNANDA GIROMINI (SARA WINTER)**, brasileira, solteira, conferencista, inscrita no CPF nº 416.982.998-00, residente e domiciliada no Acampamento Pacheco Fernandes, Rua 02, casa 28, 2º pavimento, Vila Planalto. CEP: 70.804-120. Brasília/DF, por seus procuradores que ao final subscrevem **(Procuração)**, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos Artigos 277 e seguintes do RISTF e Art. 254 do CPP, Art. 145, CPC, **ARGUIR A SUSPEIÇÃO DO Eminente Relator do Inquérito 4828/DF**, Ministro Alexandre de Moraes, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, requerendo ao final a NULIDADE DE TODOS OS ATOS POR ELE PRATICADOS, pelos fatos e fundamentos a seguir

**1. DO SEU CABIMENTO**

O Regimento Interno desta Suprema Corte prevê em seus artigos 277 e seguintes o cabimento de arguição de suspeição e impedimento de ministros.

Diz o Art. 278, do RISTF:

*“A suspeição será arguida perante o Presidente, ou o Vice-Presidente, se aquele for o recusado.*

*Parágrafo único. A petição será instruída com os documentos comprobatórios da arguição e o rol de testemunhas..”*



É público e notório que o INQUÉRITO 4828 foi aberto em 21/04/2020, por requerimento do Procurador-Geral da República, em petição a esta Suprema Corte.

Também é público e notório que o INQUÉRITO 4828 corre em SIGILO ABSOLUTO desde o dia 21 de abril de 2020.

A Excipiente foi presa, por mandado expedido pelo Ministro Relator em 14/06/2020, e teve sua prisão temporária renovada no último dia 19/06/2020.

Em 17 de junho de 2020, a DEFESA da Excipiente soube pela imprensa que o sr. Alexandre de Moraes havia feito representação criminal em seu desfavor, junto à Procuradora-Geral da República, que posteriormente foi remetida à 4ª Procuradoria da República do Distrito Federal, que apresentou denúncia ao juízo da 15ª Vara Federal SJDF, com o pedido de arquivamento parcial e seguimento da denúncia por INJÚRIA e AMEAÇA, em face do sr. Alexandre de Moraes, ora Excepto.

Mesmo que tenha havido CONHECIMENTO da denúncia, a DEFESA da Excipiente, já em prisão temporária e transferida para o PRESÍDIO FEMININO DO GAMA (Colmeia), a defesa tomou conhecimento do seu teor e entendeu pela total suspeição do Excpeto, tanto no inquérito 4828/DF, quanto naquele anterior, 4781/DF.

Por outro lado, e tendo em vista que o aludido INQ 4828 corria, até estes episódios (17 e 19/06), em SIGILO ABSOLUTO, há de se vincular o prazo de 5 (Cinco) dias para efeitos de ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO em 19/06/2020, pois não há vidência confirmada aos patronos e tampouco à Excipiente para adivinhar a sua existência e DO QUE ESTAVA SENDO ACUSADA, bem como, argumentar a SUSPEIÇÃO do Eminent Relator do inquérito.

Ainda, ressaltam os defensores que após tomarem conhecimento do teor da denúncia por INJÚRIA, AMEAÇA E LEI DE SEGURANÇA NACIONAL promovida pela Procuradoria da República no Distrito Federal, na Justiça Federal do DF, não restaram quaisquer dúvidas da SUSPEIÇÃO do Eminent Relator, ora Excepto, que vem se utilizando de seu CARGO DE MINISTRO DESTA SUPREMA CORTE para perseguir implacavelmente a Excipiente, como ficará provado.



Há, portanto, de se repisar que O FATO OCORRIDO EM 17/06 DEMONSTRA CLARAMENTE A SUSPEIÇÃO NA ATUAÇÃO DO RELATOR em qualquer processo envolvendo a ora Excipiente logo após tomar conhecimento do teor do inquérito, em 19/06, pois é, à luz do Art. 254, I, CPP, SUSPEITO PARA ATUAR por ter total INIMIZADE COM A EXCIPIENTE, como a seguir aduzido.

Não há a menor dúvida de que o Excepto, declaradamente inimigo da Excipiente, não poderia figurar como seu inquisidor no Inquérito 4828/DF, e decretar a sua prisão.

Pois, além de realizar tal ato, IMPEDIU, como notório ABUSO DE AUTORIDADE, o acesso de sua defesa aos autos do INQ 4828/DF, uma vez que, até a presente data, 23/06/2020, não recebeu cópia da decisão que motivou sua prisão, tampouco nota de culpa descrevendo o suposto crime, o que configura ATO MANIFESTAMENTE ILEGAL.

Ademais, a arguição de suspeição e impedimento é dirigida ao Presidente ou ao Vice-Presidente da Suprema Corte, conforme dicção do Art. 278, RISTF:

*“Art. 278. A suspeição será arguida perante o Presidente, ou o Vice-Presidente, se aquele for o recusado.  
Parágrafo único. A petição será instruída com os documentos comprobatórios da arguição e o rol de testemunhas.”*

Sendo assim, o prazo de cinco dias se encerra em 26/06/2020, o que demonstra total cabimento à luz do Art. 279, RISTF.

## 2. DOS FATOS E FUNDAMENTOS

O parágrafo único do Art. 278, RISTF determina que a inicial deve ser instruída com os documentos comprobatórios da arguição.

Ora, além do fato de ser público e notório que o sr. Alexandre de Moraes e Sara Fernanda Giromini são inimigos declarados, no último dia 17/06/2020, a Excipiente e defesa tomaram conhecimento pela mídia de que a 4ª Procuradoria da República no Distrito Federal ofereceu denúncia contra a ora Excipiente junto à 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme se faz prova a seguir **(Anexos 01, 02 e 03)**:



The screenshot shows the website of the Ministério Público Federal (MPF) for the Distrito Federal. The page is titled 'MPF denuncia Sara Giromini por injúria e ameaça contra Alexandre de Moraes nas redes sociais'. The article is categorized under 'CRIMINAL' and is dated '17 DE JUNHO DE 2020 ÀS 9H10'. The article text is highlighted in yellow in the original image. Below the article title, there are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, and Print. The page also includes a search bar and a navigation menu with options like 'Institucional', 'Atuação', 'Serviços', 'Estágio conosco', 'Transparência', and 'Sala de Imprensa'.

Fonte: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-denuncia-sara-giromini-por-injuria-e-ameaca-contr-a-alexandre-de-moraes-nas-redes-sociais>

Peça da Denúncia: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/denuncia>

Cota: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/cota-sara-winter>

Acesso realizado em 19/06/2020, às 12:18h.

Na promoção de ARQUIVAMENTO da suposta incursão da Excipiente em CRIMES CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL, requeridos pelo Excepto em sua decisão, que será a seguir comentada, disse o Procurador da República FREDERIK LUSTOSA DE MELO:

**“3. No que se refere às manifestações ocorridas em frente ao STF, bem como às demais declarações constantes do LAUDO TÉCNICO Nº 14/2020 – PGR/SPPEA/ASSPA/AATI/DATI, concluo que tais fatos estão inseridos dentro do contexto de liberdade de expressão, nos termos do art. 5º, da Constituição Federal de 1988;”** Grifamos.

Portanto, as expressões classificadas como ATOS CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL não passaram de “CONTEXTO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO” que está sendo criminalizado pela atuação vergonhosa do Excepto, que vem amargando ódio vil por todos aqueles que o criticam, tornando-se um verdadeiro “carrasco” e “inquisidor”, pois ao mesmo tempo em que se diz vítima, é o juiz que manda PRENDER seu desafeto.

Ao tomar conhecimento da denúncia, pela imprensa, em 17/06/2020, verificou documentos que demonstram indubitavelmente a SUSPEIÇÃO do Excepto em conduzir quaisquer atos em desfavor da Excipiente, como se observa no documento apresentado pela Procuradoria da

Ed. Taguatinga Trade Center - Taguatinga Centro/DF.  
Telefones: (61) 3562-9511 ou (61) 99951-3040 e 99459-6151



# TAVARES ADVOCACIA

República no Distrito Federal, nos autos da denúncia formulada pelo sr. Alexandre de Moraes, em face da ora Paciente, fica mais uma vez evidenciada a PERSEGUIÇÃO IMPLACÁVEL daquele ministro contra Sara Fernanda Giromini (**Anexo 04**), veja:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PGR-00202729/2020

AJCRIM-STF/GABVPGR/HJM

BRASÍLIA /DF

NOTICIANTE: Ministro Alexandre de Moraes  
REPRESENTADA: Sara Fernanda Giromini

## PROMOÇÃO

1. Ainda que o ofendido, Ministro do Supremo Tribunal Federal, goze de foro especial por prerrogativa de função, essa garantia alcança apenas os agentes públicos previstos no art. 102, inciso I, alíneas "b" e "c" da Constituição da República acusados de praticar crimes durante o exercício do cargo e que tenham relação com as funções desempenhadas.

Ora, o NOTICIANTE de supostos crimes de INJÚRIA, AMEAÇA E CONTRA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL é o mesmo que DECRETOU A PRISÃO TEMPORÁRIA da Excipiente, e vem utilizando a sua condição de Ministro do STF para impor a sua vontade e gana em manter um ato ilegal, imoral, irresponsável e vergonhoso, mantendo a Excipiente sob cárcere, sem que sua defesa tenha acesso aos autos, à decisão, à nota de culpa, ao artigo, alínea de que é supostamente investigada, motivação fundamentada, NADA, NADA, NADA e NADA.

Trata-se de uma prisão ARBITRÁRIA e que vem sendo utilizada apenas com o estrito sentido de enviar um recado ao país de quem "AQUI, QUEM MANDA SOU EU", e diz o ditado: "manda quem pode, obedece quem tem juízo".

No julgamento da ADPF 572, o Eminentíssimo Ministro Marco Aurélio classificou o inquérito 4781/DF, onde a Excipiente é investigada, bem como seus filhotes, de "NATIMORTO", além de estamos diante da criação de um "TRIBUNAL DE EXCEÇÃO", com inquéritos infundáveis e denominados "DO FIM DO MUNDO".

Ed. Taguatinga Trade Center - Taguatinga Centro/DF.  
Telefones: (61) 3562-9511 ou (61) 99951-3040 e 99459-6151

para verificar a autenticidade acesse  
17FA-2E7E06A9



**A EXCIPIENTE ESTÁ PRESA TEMPORARIAMENTE**, sendo proibida, inclusive, de receber a visita de seus defensores desde o dia 17/06/2020, como bem salientado pela direção do presídio feminino “Colmeia”, onde a Excipiente está recolhida, a mando arbitrário do Excipiente, noticiante de crimes contra a mesma, suposta vítima e algoz juiz.

A Excipiente está presa por avocar a LIBERDADE DE EXPRESSÃO, e foi presa por ato volitivo do Excepto, absolutamente suspeito para esse fim.

Ora, no calor dos fatos todos estamos sujeitos às intempéries retóricas, e veja que a Excipiente não foge à regra.

Como exemplo, percebemos dezenas de mensagens em redes sociais com desejo EXPRESSO DE MATAR/ASSASSINAR O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, e nem por isso tais “democratas” estão presos, atrás das grades, como a ora Excipiente, que foi tornada PERSONA NON GRATA pelo Excipiente, e, na condição de Ministro do STF, “com o poder da caneta à sua disposição”, não teve dúvidas em decretar a sua prisão temporária.

O absurdo é tamanho que nem o delegado da Polícia Federal responsável pela condução do caso soube informar os motivos da prisão, quais crimes, se acusada, investigada, quiçá a disponibilização da decisão motivadora e/ou nota de culpa, que é OBRIGATÓRIA em caso de prisão.

Isso é um ESCÁRNIO, e não pode a Suprema Corte, em tese, guardiã da Constituição Federal, compactuar com tamanha aberração jurídica!

A permanência da EXCIPIENTE e PACIENTE na prisão, temporária, transcendeu a lógica e elevou-se à categoria de PRISÃO POLÍTICA.

SARA WINTER é UMA PRESA POLÍTICA por expressar sua opinião, por criticar o Excipiente, como milhões de brasileiros que não se curvam às decisões teratológicas e estapafúrdias por ele proferidas, como a decretação desta prisão temporária, sem permissão do exercício da ampla defesa e acesso aos autos por sua defesa, ferindo de morte princípios e garantias fundamentais, justo de um ser que, com notório saber jurídico e escritor de livros sobre a constituição.





## TAVARES ADVOCACIA

HÁ NOTÓRIA SUSPEIÇÃO do sr. Alexandre de Moraes, relator, juiz e vítima de supostos delitos praticados pela Excipiente, que até este momento desconhece totalmente os motivos de sua prisão, senão pelo fato de ser CRÍTICA DECLARADA do Excepto.

O Artigo 277, RISTF que “Os *Ministros declarar-se-ão impedidos ou suspeitos nos casos previstos em lei.*”

Pois bem.

Diz o DECRETO-LEI Nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941, mais conhecido no meio jurídico como Código de Processo Penal:

**“Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:  
I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;  
“ Grifamos.**

Sem sombras de dúvidas, o ATO ILEGAL e com EXTREMO ABUSO DE PODER E AUTORIDADE foi emanado por autoridade SUSPEITA, além de impedida e incompetente, permitindo o manejo do HABEAS CORPUS, o que denota o cabimento do presente writ, na dicção do Art. 648, III, CPP:

**“Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:  
(...)  
III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;” Grifamos.**

Assim, também não restam dúvidas que há nitidamente ABUSO DE AUTORIDADE pelo Excepto, à luz da Lei 13.869/19, senão vejamos:

**“Art. 30. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa *sem justa causa fundamentada* ou contra quem sabe inocente:  
Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.**

Após conhecimento do teor do Inquérito 4828/DF, é algo absolutamente dissonante da LIBERDADE DE EXPRESSÃO prevista na Constituição Federal.



Ainda, percebe-se claramente um viés persecutório à Excipiente, eis que o Excpeto a representou criminalmente, foi o juiz, remeteu ao MP e é a vítima, tornando, sem nenhuma dúvida, SUSPEITO para atuar nos autos do Inquérito 4828/DF em face de SARA FERNANDA GIROMINI, à luz do inciso I, Art. 254, CPP:

**“Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:**

**I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;  
“ Grifamos.**

O Senhor Alexandre de Moraes se utilizou da posição de MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e de forma abusiva, ilegal e ilícita, decretou a prisão da Excipiente apenas por ser declaradamente seu “desafeto”.

Ora, a Constituição Federal, a qual o Excepto é autor de livros, expressamente prevê em seu Artigo 5º:

*“XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;*

*(...)*

*LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;*

A ofensa ao princípio do juiz natural é grave ofensa à persecução penal, inclusive, sendo objeto de cabimento de HABEAS CORPUS, como previsto no inciso III, Art. 648, CPP.

Em outra seara, dessa vez na ESFERA CÍVEL, como referência, a suspeição (e impedido) do JUIZ também foi tratada no CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, mas não pode deixar de ser levado em conta, como vislumbrando na Arguição de Impedimento 4/DF, alusiva à AÇÃO PENAL 470 (Mensalão), da lavra do Ministro Cezar Peluso, veja:

*“4. Ante o exposto, rejeito a exceção, por manifesta improcedência, naforma dos artigos 21, § 1º, e 280 do RISTF, c/c os arts. 310 e 314 do CPC.*

*Arquivem-se.Intime-se.Brasília,*

*14 de setembro de 201.*

*Ministro CEZAR PELUSO*

*Presidente*



## TAVARES ADVOCACIA

Assim, é imperioso trazer à baila o que diz o CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, por analogia, no tocante à SUSPEIÇÃO DO JUIZ cabível ao caso em querela:

*“Art. 145. Há suspeição do juiz:*

*I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;.*

Ora, o Excepto: PROMOVEU REPRESENTAÇÃO contra a Excipiente, gerando denúncia criminal; É PARTE EM OUTRO PROCESSO e PROFERIU DECISÃO, conforme se prova no Anexo 05, onde é a VÍTIMA, O REPRESENTANTE, O JUIZ QUE DECIDIU NA REPRESENTAÇÃO E ENCAMINOU AO MINISTÉRIO PÚBLICO, E QUE SE TRANSFORMOU EM DENÚNCIA, **conforme anexos 01, 02, 03 e 04.**

Não obstante a isso, ainda se acredita que o Excepto teria o dever de respeito à LOMAN, bem como ao CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA, senão vejamos.

A Lei Orgânica da Magistratura diz que:

*“Art. 35 - São deveres do magistrado:*

*I - Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;”*

Por fim, as normas éticas basilares de TODOS os magistrados, incluindo os “SUPREMOS”, assim dispõem, especialmente nos destaques:

*“Art. 1º O exercício da magistratura exige conduta compatível com os preceitos deste Código e do Estatuto da Magistratura, norteando-se pelos princípios da independência, **da imparcialidade**, do conhecimento e capacitação, da cortesia, **da transparência**, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro.*

***Art. 2º Ao magistrado impõe-se primar pelo respeito à Constituição da República e às leis do País, buscando o fortalecimento das instituições e a plena realização dos valores democráticos.***

***Art. 3º A atividade judicial deve desenvolver-se de modo a garantir e fomentar a dignidade da pessoa humana, objetivando assegurar e promover a solidariedade e a justiça na relação entre as pessoas.” Grifamos.***



Fonte: <https://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura/>

Acesso em 23/06/2020, às 20:41h.

### **2.1.1. DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO RELATOR SUSPEITO**

Eminente Presidente, diante dos gravíssimos fatos narrados, com farta documentação probatória, impõe o dever de PRUDÊNCIA a Vossa Excelência, para, no intento de se evitar ainda mais prejuízos à Excipiente, prudentemente Vossa Excelência deve SUSPENDER IMEDIATAMENTE todos os efeitos dos atos praticados, eis que praticados por autoridade suspeita e incompetente, até o julgamento do mérito da presente arguição, ouvido o Excepto.

Nesse sentido, a cautela e prudência permeiam o bom senso para que a decisão final seja pautada com altivez.

Por tais razões, REQUER, por analogia ao CPC, em se tratando do mesmo tema, a suspensão dos atos promovidos pelo Excepto nos inquéritos 4781/DF e 4828/DF, à luz analógica do Art. 146,

*“Art. 146. (...)*

*§ 2º Distribuído o incidente, o relator deverá declarar os seus efeitos, sendo que, se o incidente for recebido: (...)*

**II - com efeito suspensivo, o processo permanecerá suspenso até o julgamento do incidente.”**

### **3. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, Requer a EXCIPIENTE:

- a) Seja a presente arguição de SUSPEIÇÃO, processada e julgada nos termos do RISTF, Art. 277 e seguintes, CPP e CPC, para os fins a que se busca;
- b) **Como medida preventiva e necessária à cessação dos atos emanados por juiz suspeito, nos termos do II, § 2º, Art. 146, CPC, por analogia, REQUER A IMEDIATA SUSPENSÃO DE TODOS OS ATOS** realizados pelo Excepto em desfavor da Excipiente nos inquéritos



## **TAVARES ADVOCACIA**

4781 e 4828/DF, onde figura aquela autoridade como VÍTIMA e JUIZ, em razão dos fatos narrados, com fulcro nos Artigos 254, I, CPP c/c Art. 145, I, CPC, bem como ao RISTF, Art. 277 e seguintes, em face de SUA SUSPEIÇÃO;

- c) Suspensos os ATOS do Excepto, requer, nos termos do Art. 282, RISTF, para prestar informações e esclarecimentos ao Ilustre Presidente desta Corte Suprema;
- d) Após, no MÉRITO, seja julgada procedente a ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO proposta, à luz do Art. 285, RISTF c/c Art. 145, § 7º, CPC, requerendo a declaração de nulidade de todos os atos praticados pelo Excepto, em desfavor da ora Excipiente, no bojo dos inquéritos 4781 e 4828/DF;
- e) Requer, por derradeiro, nos termos do Art. 278, parágrafo único, RISTF, sejam arroladas as seguintes testemunhas:
- **DELEGADA DA POLÍCIA FEDERAL, DRA. DENISSE DIAS ROSAS RIBEIRO;**
  - **PROCURADOR DA REPÚBLICA DA 4ª PR/DF, FREDERIK LUSTOSA DE MELO;**
- f) Requer provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas.

Termos em que,  
aguarda deferimento.

Brasília/DF, 24 de junho de 2020.

RENATA CRISTINA FELIX TAVARES  
OAB/DF 50.848

*(assinado digitalmente)*

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE FARIA  
OAB/GO 57.637 e OAB/DF 64.817

LAYANE ALVES DA SILVA  
OAB/GO 54.906 e OAB/DF 65.676

Ed. Taguatinga Trade Center - Taguatinga Centro/DF.  
Telefones: (61) 3562-9511 ou (61) 99951-3040 e 99459-6151